

# O Modelo Social Europeu

written by Victor Pereira | 1 de Abril, 2024



Podemos dizer que o modelo social europeu é uma mescla de vários modelos sociais de cada País-Membro, fruto das suas diferenciadas economias, que, no entanto, têm várias afinidades e que resultam de um ideal comum, o de suprir necessidades elementares aos seus cidadãos pelo facto de viverem numa economia de mercado capitalista e global cria naturalmente desigualdades sociais, no caso português a Segurança Social é o Organismo que regula e tenta corrigir estes efeitos indesejáveis.

Esping-Anderson (1990) identificou três grandes tipos de Estado-Providência:

- **O Estado-Providência liberal** caracterizado por uma proteção pública seletiva e residual dirigida especificamente às classes de menores rendimentos; sistema dual de proteção pública e privada, existente na

Inglaterra.

- **O Estado-Providência corporativo** vigente na Alemanha e Áustria onde os direitos sociais são garantidos num nível elevado, mas circunscritos aos trabalhadores e aos desempenhos no mercado de trabalho, em paralelo existe um sistema de assistência social para os que não são abrangidos pelos regimes contributivos com o acionamento de efetivos mecanismos de controlo social.
- **O Estado-Providência social-democrático**, vigente nos países escandinavos, caracteriza-se pelo acesso quase universal aos benefícios de montante fixo e financiados por impostos cuja única condição de acesso é ser cidadão ou residente.

**Maurizio Ferrera propõe um quarto tipo o Estado-Providência vigente no Sul da Europa** (Itália, Espanha, Portugal e Grécia), um sistema corporativo de proteção social altamente fragmentado, polarizado entre esquemas generosos e grandes lacunas de proteção social; sistema universal, mas de baixa qualidade na saúde; persistência de clientelismos e grande promiscuidade entre atores e instituições públicas por um lado, e privados, por outro.

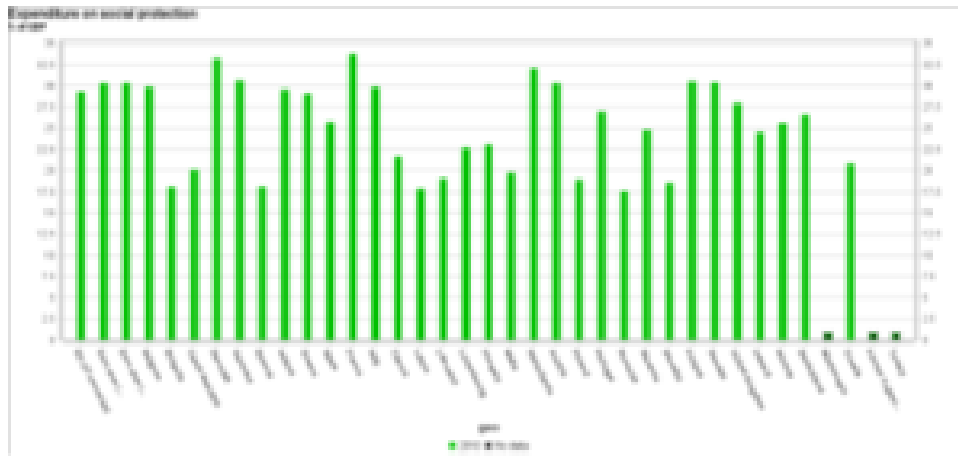
**O modelo Keynesiano social europeu assente na procura interna como fator de crescimento económico associado às políticas sociais, está profundamente abalado pela globalização** que se vive atualmente, nos Estados Europeus antes do mercado único a prática comum era a harmonização das políticas económicas (monetária, fiscal, estrutural e comercial) por um lado, e o mercado laboral e as políticas sociais, por outro (Claus Offe), com os condicionalismos do mercado único europeu houve uma separação das políticas sociais das políticas económicas, particularmente a política monetária, estando estas debaixo de regras impostas pela União Europeia e aquelas entregues exclusivamente aos governos nacionais, isto associado ao fraco crescimento económico e às crescentes taxas de desemprego **leva a que os governos enveredem por reformas dos sistemas de**

**segurança social**, no sentido da remercadorização da proteção social e da privatização dos sistemas de pensões de reforma, substituindo os regimes de repartição pelos de capitalização individual, **contrariando o publicado pela Comissão Europeia no Livro Branco sobre a Política Social Europeia** onde se afirma o compromisso em manter o modelo europeu de Estado-Providência que se caracteriza por elevados níveis de proteção social, garantidos como direitos de cidadania pelo Estado, cuja intervenção assegura a solidariedade nacional e torna possível a desmercadorização da proteção social.

Há quem defenda que o “Estado não é solução para os problemas, mas sim o Estado é um problema” (Ronald Regan), propondo um Estado mais liberal na linha do modelo Americano e outros como José María González Zorrilla ainda que defenda uma reforma do estado social acredita que o seu fim implicaria a morte da Europa tal como a conhecemos. **O Welfare State é a chave para manter a competitividade, a solidariedade, a justiça social, a inovação, o dinamismo da sociedade europeia, a segurança das garantias sociais, o diálogo social, a igualdade de direitos para ambos os sexos e pôr em marcha políticas de inserção social eficazes. Esta falta de sensibilidade social é uma das causas da crise atual da União europeia.**

#### **Comentário aos dados do Eurostat**

Os dados do gráfico seguinte revelam que os países com níveis altos de proteção social têm também economias saudáveis sendo dos Estados-Membros com melhor desempenho económico, logo **a ideia defendida pelo Banco Mundial que não é possível compatibilizar o aumento da competitividade e o crescimento económico com altos níveis de proteção social é falsa.**



Graphic nº 1-Expenditure on social protection  
% of GDP

A questão demográfica desempenha um papel fundamental na sustentabilidade do sistema de pensões português e, como vemos no segundo gráfico, a evolução ao longo da última década tem vindo a ser feita no caminho do envelhecimento da população, o que acontece também por toda a Europa. **Este status quo só poderá ser alterado com políticas ativas de apoio à família e à natalidade.**



Gráfico nº 2-Estrutura etária e por sexos da população 2001- 2011

## **Conclusão**

**É sem dúvida no domínio da área da proteção social que as fraturas são mais visíveis, como demonstra as tensões entre o Banco Mundial e o FMI, já em 1999, o economista norte-americano Joseph Stiglitz, afirmou que o modelo neoliberal de segurança social, para além de ter causado muito sofrimento humano e contribuído para o agravamento das desigualdades sociais a nível mundial e no interior de cada país, é um modelo cientificamente errado uma vez que as supostas verdades em que assenta não passam de mitos (Stiglitz e Orszag, 1999).**

**Ao desmistificarem estes mitos, estes autores defendem que a intervenção do Estado é mais eficiente do que “a mão invisível do mercado”. No caso português num estudo preparado para a Presidência Portuguesa da União Europeia no 1º semestre de 2000, Boyer, em geral muito atento às especificidades do capitalismo europeu defende que os sistemas de bem-estar europeus, se adequadamente reformados, podem ser um dos grandes triunfos da Europa no contexto mundial (1999).**

**Moreno defende a introdução de um welfare mix como um agregado de novas associações de ajuda mútua ao interesse comum com as tradicionais estruturas de apoio coletivo, contribuem junto com as instâncias governamentais e as instâncias de âmbito privado e familiar para uma maior otimização do bem-estar dos cidadãos.**

**Concluimos assim que não é o modelo social europeu que está errado, mas sim as políticas sociais, os políticos europeus, no seio da União Europeia, devem repensar essas mesmas políticas sociais por forma a estarem de certa forma uniformizadas para que os cidadãos de todos os Estados-Membros tenham de uma forma igualitária os seus direitos sociais garantidos.**